

A disputa por Essequibo: perspectivas e impactos de um potencial conflito na América do Sul

The dispute over Essequibo: perspectives and impacts of a potential conflict in South America

La disputa sobre el Essequibo: perspectivas e impactos de un conflicto potencial en Sudamérica

Le conflit autour de l'Essequibo : perspectives et impacts d'un conflit potentiel en Amérique du Sud

Data de submissão: 10 de julho de 2024

Data de aprovação: 30 de agosto de 2024

Marcus Vinicius Gonçalves da Silva*

Resumo

Após a realização de um referendo realizado no mês de dezembro de 2023, e a assinatura de uma Lei pelo presidente Maduro, que anexou o território de Essequibo à Venezuela, em abril de 2024, suscitou-se a hipótese de ocorrer um conflito armado na América do Sul. Este trabalho pretende expor as questões fronteiriças protagonizadas pelos países da Guiana e Venezuela, os quais, historicamente, disputam a região do Essequibo, e compreender o panorama atual e os possíveis impactos para o Brasil. Metodologicamente, o trabalho tem uma abordagem qualitativa e descritiva, e baseia-se na Teoria da Estratégia da Dissuasão. Os resultados apontam que: i) as Forças Armadas (FA) venezuelanas têm mobilizado suas tropas e equipamentos nas regiões de Punta Barima e Ilha de Anacoco, localidades próximas à Essequibo, o que afasta, num primeiro momento, o risco de Maduro e seus Comandantes Militares, movimentarem suas tropas em território brasileiro, por via terrestre; e, ii) caso haja um conflito armado entre a Venezuela e a Guiana, a consequência mais provável para o Brasil, seria o desencadeamento de uma crise migratória, gerada pelo deslocamento de guianenses residentes no território de Essequibo para o estado de Roraima, especificamente, na divisa entre Lethem (GUY) e o município de Bonfim (BRA).

Palavras-chaves: defesa; dissuasão; Essequibo; geopolítica; operações militares.

* Doutor em Administração (PUCPR). Oficial do Exército Brasileiro. Analista do Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar da Amazônia.

Abstract

After a referendum held in December 2023 and the signing of a law by President Maduro in April 2024, which annexed the Essequibo territory to Venezuela, the possibility of an armed conflict in South America arose. This paper aims to present the border issues between Guyana and Venezuela, which have historically disputed the Essequibo region, and to understand the current scenario, and assess the potential impacts on Brazil. Methodologically, the paper adopts a qualitative and descriptive approach and is based on the Theory of Deterrence Strategy. The results indicate that: i) the Venezuelan Armed Forces (AF) have mobilized their troops and equipment in the regions of Punta Barima and Anacoco Island, locations near Essequibo, which initially mitigates the risk of Maduro and his Military Commanders moving their troops into Brazilian territory by land, and ii) in the event of an armed conflict between Venezuela and Guyana, the most likely consequence for Brazil would be the onset of a migration crisis, caused by the displacement of Guyanese residents from the Essequibo territory to the state of Roraima, specifically at the border between Lethem (GUY) and the municipality of Bonfim (BRA).

Keywords: defense; deterrence; Essequibo; geopolitics; military operations.

Resumen

Tras la celebración de un referéndum en diciembre de 2023 y la firma por parte del presidente Maduro de una ley de anexión del territorio del Essequibo a Venezuela en abril de 2024, se plantea la posibilidad de un conflicto armado en Sudamérica. El objetivo de este trabajo es exponer las cuestiones fronterizas surgidas entre los países de Guyana y Venezuela, que se disputan históricamente la región del Essequibo, y comprender el panorama actual y los posibles impactos en Brasil. Metodológicamente, el trabajo adopta un enfoque cualitativo y descriptivo y se basa en la Teoría de la Estrategia de Disuasión. Los resultados muestran que i) las Fuerzas Armadas (FA) venezolanas han movilizad sus tropas y equipos en las regiones de Punta Barima e Isla de Anacoco, localidades próximas al Essequibo, lo que descarta inicialmente el riesgo de que Maduro y sus mandos militares desplacen sus tropas a territorio brasileño por vía terrestre; y ii) en caso de conflicto armado entre Venezuela y Guyana, la consecuencia más probable para Brasil sería el desencadenamiento de una crisis migratoria, generada por el desplazamiento de guyaneses residentes en el territorio del Essequibo hacia el estado de Roraima, específicamente en la frontera entre Lethem (GUY) y el municipio de Bonfim (BRA).

Palabras clave: defensa; disuasión; Essequibo; geopolítica; operaciones militares.

Résumé

Après la tenue d'un référendum en décembre 2023 et la signature par le président Maduro d'une loi annexant le territoire de l'Essequibo au Venezuela en avril 2024, la possibilité d'un conflit armé en Amérique du Sud a été envisagée. L'objectif de cet article est d'exposer les problèmes de frontières qui ont surgi entre les pays du Guyana et du Venezuela, qui se sont historiquement disputés la région de l'Essequibo, et de comprendre le panorama actuel et les impacts possibles sur

le Brésil. D'un point de vue méthodologique, le travail adopte une approche qualitative et descriptive et se fonde sur la Théorie de la Stratégie de Dissuasion. Les résultats montrent que : i) les Forces Armées Vénézuéliennes (FA) ont mobilisé leurs troupes et leur équipement dans les régions de Punta Barima et de l'île d'Anacoco, des lieux proches de l'Essequibo, ce qui exclut initialement le risque que Maduro et ses commandants militaires déplacent leurs troupes vers le territoire brésilien par voie terrestre ; et ii) en cas de conflit armé entre le Venezuela et la Guyane, la conséquence la plus probable pour le Brésil serait le déclenchement d'une crise migratoire, générée par le déplacement des Guyanais vivant dans le territoire de l'Essequibo vers l'État de Roraima, plus précisément à la frontière entre Lethem (GUY) et la municipalité de Bonfim (BRA).

Mots-clés : défense ; dissuasion ; Essequibo ; géopolitique ; opérations militaires.

1 INTRODUÇÃO

A controvérsia sobre a soberania de Essequibo manteve-se estabilizada, contudo, com a descoberta de grandes reservas petrolíferas, o assunto voltou à tona na Venezuela. Além disso, em face do momento de instabilidade doméstica, e as eleições de 2024, o tema retornou com ares para mobilizar a coesão nacional, e retornar dividendos políticos para o atual governo venezuelano.

A Guiana, sem condições militares de defender sua soberania, tem recorrido aos meios diplomáticos, legais e até mesmo de potencial aliança militar com os EUA para garantir o domínio de Essequibo. Diante disso, a Venezuela parece ter retrocedido, momentaneamente, e adotado a estratégia de diálogo com a Guiana. Essa atitude tem um custo interno, pois de certa forma, demonstra um arrefecimento no ímpeto inicialmente demonstrado de anexar Essequibo.

Ademais, a interferência de grandes potências globais, como os EUA, poderá trazer novos contornos para a conjuntura de tensão, colocando em risco a estabilidade do subcontinente da América do Sul.

Ao Brasil, cabe muita atenção, considerando a manutenção da soberania territorial e a busca do exercício da liderança regional, a fim de evitar ser ultrapassado pelo poder norte-americano. As tensões entre a Venezuela e a vizinha Guiana parecem ter esfriado desde o referendo de dezembro de 2023, no qual o governo autoritário de Nicolás Maduro afirmou que a Venezuela tinha um mandato para anexar o território disputado de Essequibo administrado pela Guiana.

Cabe apontar que a exploração de petróleo na região de Essequibo é um dos pontos mais criticados pelo governo venezuelano, como por exemplo, a emissão de licenças de exploração para multinacionais que atuam na costa da região em disputa.

A crise de 2023, na Guiana Essequiba, é uma implicação da descoberta de petróleo na região, com a estimativa de produção de oito bilhões de barris, colocando-a entre os 20 países com as maiores reservas de petróleo (Griffith, 2021). Soma-se ao fato, a reeleição de Maduro no cargo de presidente da Venezuela, na disputa eleitoral de 2024, com 51,21% dos votos, seguido do candidato Edmundo González Urrutia, com 44,2%.

Diante da pressão internacional para resolver de forma pacífica a crise, os presidentes Maduro, da Venezuela, e Irfaan Ali, da Guiana, realizaram uma reunião em São Vicente e Granadinas, em 14 de dezembro de 2023, na qual assinaram a Declaração de Argyle. Nesse documento, ambos os países se comprometeram a não utilizar a força como meio de ameaça mútua.

Todavia, é provável que haja mais do que parece quando se trata da abordagem da Venezuela às negociações. Sob essa leitura, a participação da Venezuela no processo de *Argyle* representa uma ação diplomática, enquanto seu engajamento militar em comportamento provocativo age como uma base para inclinar as negociações a favor de Caracas.

As atividades das Forças Armadas (FA) venezuelanas, em janeiro de 2024, dentro do território de Essequibo e, em águas próximas observadas em imagens de satélite, sugere uma atitude ambígua de Maduro, diante do seu compromisso de resolver a disputa por meio de canais diplomáticos.

Nesse contexto, este artigo objetiva compreender as questões fronteiriças protagonizadas pelos países da Guiana e Venezuela, os quais, historicamente, disputam a região do Essequibo e, compreender o panorama atual e os possíveis impactos para o Brasil.

O artigo encontra-se estruturado em três seções, sendo que a primeira delas corresponde a esta introdução. A segunda seção dedica-se ao desenvolvimento composto pelas seguintes subseções: abordagem sobre a estratégia da dissuasão e sua relação com a presença e o aumento das capacidades do Exército Brasileiro no estado de Roraima; descrição das características geográficas do Escudo da Guiana; relato do contexto histórico, geopolítico e diplomático entre a Guiana e Venezuela pela região de Essequibo; exposição da mobilização militar venezuelana e brasileira; e, apresentação das consequências possíveis para o Brasil. E, por último, na terceira seção são feitas as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ABORDAGEM SOBRE A ESTRATÉGIA DA DISSUASÃO

André Beaufre, general francês, destacou-se como uma figura proeminente nos estudos estratégicos do século XX. Seu livro inaugural, intitulado “Introdução à Estratégia”, foi publicado em Paris em 1963, e recebeu um prefácio do capitão Basil Hart, um notável estrategista e historiador militar britânico. Hart é autor de importantes obras sobre o tema, dentre elas “Estratégia” e “O Outro Lado da Colina”.

O General Beaufre viveu durante o conturbado período da Guerra Fria, marcado pelo surgimento das armas nucleares, e pelas tensões entre os Estados Unidos, China e a antiga União Soviética, nações empenhadas em ampliar suas áreas de influência ao redor do mundo. Beaufre defendia uma estratégia global, que integrava todas as dimensões do Poder Nacional, em contraste com a visão predominante da época, que se concentrava principalmente na obtenção de vitórias militares.

Clausewitz (*apud* Farias, 2014) observa que a defesa é superior ao ataque no sentido de que tem vantagens quanto ao tempo, mas isso não significa que se trata de uma espera passiva. A defesa opõe-se ao ataque ou o repele, devendo ser utilizada apenas enquanto houver vulnerabilidade. Todavia, conforme ressalta o autor, a defesa pode alcançar tal robustez que acabe por dissuadir o inimigo.

Para Clausewitz (1996), embora o confronto seja uma ocorrência rara, não pode ser completamente descartado, o que evidencia a importância do constante preparo. Em relação ao equilíbrio de forças, o autor salienta que seria um grave equívoco concluir, a partir dessa argumentação, que um ataque temerário seria superior a uma prudência bem fundamentada, atitude que se pretende imprimir no oponente por meio da dissuasão.

Tanto no Brasil quanto no exterior, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, é reconhecido por seu papel na solução pacífica de várias disputas territoriais entre o Brasil e seus países vizinhos na América do Sul, como a Questão do Amapá com a Guiana Francesa, e a Questão do Pirara com a Venezuela (Pedrosa, 2023).

Por ocasião da Conferência de Paz de Haia, no ano de 1907, Rio Branco manifestou preocupação com o nível de treinamento e o equipamento das FA brasileiras, as quais ele considerava como elemento fundamental na formulação e execução da política externa, não obstante fossem empregadas apenas para fins de dissuasão (Pedrosa, 2023).

A relação entre a política externa e a defesa também se encontra presente no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), inferindo que “dotado de uma efetiva defesa, principalmente de uma

adequada capacidade de dissuasão, o Brasil terá condições de inibir possíveis agressões a seu território e a sua população e de defender seus interesses” (Brasil, 2012, p. 53).

Conforme a Política Nacional de Defesa (PND) de 2020, o Brasil concebe sua Defesa Nacional de acordo com alguns posicionamentos. Dentre eles, destacam-se:

[...] manter as Forças Armadas adequadamente preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, e prover a adequada **capacidade de dissuasão** e, [...] **sem prejuízo da dissuasão**, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins (Brasil, 2020, p. 21, **grifo do autor**).

Logo, a Estratégia Nacional de Defesa (END) possui o papel de orientar “os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para que esses objetivos sejam alcançados” (Brasil, 2020, p. 31). Para tanto, os meios de defesa são estruturados em torno de capacidades nacionais de Defesa, das quais sobressai a capacidade de dissuasão, e esclarece que

[...] configura-se como fator essencial para a Segurança Nacional, na medida em que tem como propósito desestimular possíveis agressões. Sustenta-se nas condições que possui a Nação de congregar e aplicar sua Capacidade de Proteção e Pronto-resposta, no caso de eventuais ações hostis contra a soberania e os legítimos interesse do Brasil (Brasil, 2020, p. 37).

O Estado-Maior do Exército (EME) caracteriza a dissuasão como “a manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar” (Brasil, 2023, n.p.). Assim, a dissuasão pode ser empregada pelo EB, de forma singular ou conjunta, e poderá ter caráter nacional ou peculiar da Força, de acordo com as circunstâncias em que forem implementadas.

2.2 O ESCUDO DAS GUIANAS

Do ponto de vista geográfico, Essequibo possui uma extensão territorial de 159.000 km², e está integrado ao Maciço Guianês, também conhecido como Escudo das Guianas. Localizada entre a Venezuela e a Guiana, essa área é abundante em recursos minerais como ouro, cobre, diamante e, mais recentemente, foram identificados vastos depósitos de petróleo e outros hidrocarbonetos (Figura 1).

Figura 1 – Escudo das Guianas, Arco Mineiro do Orinoco e Essequibo



Fonte: G1 Mundo (2023).

O Escudo das Guianas está localizado ao norte da América do Sul, e se estende por países como Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana e uma parte da Venezuela. No Brasil, essa região abrange áreas dos estados do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá (Conservação Internacional, 2024).

Trata-se de uma área que se destaca pela presença significativa de espécies endêmicas da biodiversidade, ao mesmo tempo em que enfrenta sérias questões de vulnerabilidade social e ambiental, devido à ocupação desordenada, expansão da agricultura e grandes projetos de infraestrutura de transporte e energia.

Na área reivindicada pelo governo de Maduro, encontra-se o Arco Mineiro do Orinoco, uma área de mais de 111.800 km² que possui grandes reservas de minerais de alto valor agregado, como ouro, cobre, diamante, ferro, bauxita e alumínio, entre outros (Paredes, 2023).

No território, encontram-se diversos Tepuis — montanhas com topos planos e paredes extremamente verticais, predominantemente constituídas de arenito. Essas formações geológicas são algumas das mais antigas do planeta, com idade estimada entre 2 e 4 bilhões de anos. O Monte Roraima, localizado na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana, constitui-se um Tepui.

Assim, Essequibo, com uma área maior do que da Inglaterra (130.279 km²), Cuba (109.884 km²) ou Grécia (131.957 km²) é um território conhecido por ter sua soberania disputada pela Venezuela e Guiana desde o ano de 1841.

2.3 ESSEQUIBO: UMA DISPUTA HISTÓRICA ENTRE GUIANA E VENEZUELA

A história da disputa territorial entre a Venezuela e a Guiana remonta ao século XIX, quando a região de Essequibo, inicialmente sob controle espanhol, passou a fazer parte da Venezuela, independente, em 1811.

Em 1814, os britânicos chegam à região, e adquirem a Guiana Inglesa, com cerca de 51.700 km², sem uma fronteira claramente definida. Somente no ano de 1840, Robert Schomburgk, é nomeado pela Grã-Bretanha para traçar a linha de fronteira, inaugurando a Linha Schomburgk, que reivindicava um território com 80.000 km², muito além dos 51.700 km² originalmente adquiridos.

Em 1841, inicia oficialmente a disputa, visto que a Venezuela denuncia incursões britânicas em seu território. Nas décadas seguintes, os Estados Unidos manifestam o interesse pela região que, por meio da chamada Doutrina Monroe, cujo *slogan* era "América para americanos", buscavam limitar a influência europeia nas Américas.

No ano de 1895, os Estados Unidos, então aliados da Venezuela, denunciam a definição britânica da fronteira e sugerem uma arbitragem internacional. O Conselho Arbitral de Paris, composto por dois juízes britânicos, dois norte-americanos e um russo, por meio da sentença emitida no dia 3 de outubro de 1899, estabeleceu que as terras à leste, até o rio Essequibo, pertenceriam à Grã-Bretanha, e que a Venezuela teria controle até a região da foz do Rio Orinoco (Serbin, 2003).

Contudo, em 1949, o advogado norte-americano Severo Mallet-Prevost publica um memorando contestando a imparcialidade dos juízes envolvidos, declarando a sentença nula e sem efeito. Em 1966, um novo capítulo se abriu com a assinatura do Acordo de Genebra entre Reino Unido e Venezuela, reconhecendo a reivindicação venezuelana e buscando uma solução para a disputa. Apesar disso, o Protocolo do Porto da Espanha, estabelecido em 1970, não conseguiu avançar em uma solução consensual.

No ano de 1981, a Venezuela denunciou o Protocolo do Porto da Espanha, e as nações envolvidas não concordaram com a mediação de um órgão internacional para resolver a

controvérsia. A intervenção da ONU, como mediadora em 1983, tampouco resultou em um acordo bilateral.

Em 2018, o conflito territorial foi encaminhado à Corte Internacional de Justiça (CIJ), marcando um novo esforço para encontrar uma resolução legal e definitiva para a disputa territorial de longa data entre Venezuela e Guiana.

A disputa histórica entre esses países vai além dos limites do território do Essequibo. Uma outra área de litígio encontra-se localizada no Mar do Caribe. Na concepção de Elias-Roberts (2014, p. 14) *“the potential for oil and gas royalties and the fact that the international maritime boundaries which are linked to international territorial boundaries are not clearly established”*, faz com que o conflito marítimo seja consequência do conflito territorial existente entre os países desde o século XIX.

Figura 2 – Território em Disputa



Fonte: BBC News Brasil (2023).

A empresa texana *Anadarko Petroleum Corporation* recebeu a concessão do governo da Guiana para explorar a região costeira de Essequibo, porém a marinha venezuelana impediu que a embarcação pertencente à empresa estado-unidense realizasse prospecções para uma futura exploração petrolífera no local (Elias-Roberts, 2014). A Venezuela alega que a exploração seria realizada em águas marítimas sob seu domínio, violando, portanto, sua Zona Econômica Especial (ZEE).

Apesar de a disputa territorial entre os dois países ter mais de um século de existência, as tensões se intensificaram a partir de 2015, quando a petroleira norte-americana *ExxonMobil* anunciou ter encontrado enormes depósitos de petróleo na costa da área disputada. A empresa multinacional americana e seus colaboradores contabilizaram 46 descobertas com a capacidade de aumentar as reservas de petróleo da Guiana para aproximadamente 11 bilhões de barris, equivalente a cerca de 0,6% das reservas globais (Ruddy, 2023).

A Guiana, país com pouco mais de 800 mil habitantes, saiu de um PIB de US\$ 5,17 bilhões em 2019, para US\$ 14,7 bilhões em 2023, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que representa um aumento de 184%. Apenas no ano de 2022, o crescimento do PIB foi de 62% (Magnabosco, 2024).

Assim, o presidente venezuelano empenhou-se em fomentar uma mobilização nacionalista em resposta a uma crise internacional, com o intuito de criar um efeito unificador em torno da bandeira nacional – aquilo que, na literatura, é frequentemente apontado como um fenômeno que fortalece lideranças políticas em períodos de conflito internacional (Oneal; Bryan, 1995; Fernandes; Fernandes, 2024).

No dia 2 de dezembro de 2023, por meio de um referendo, os resultados apontaram que Maduro teve o apoio de 96% da população, para uma eventual ação militar para anexação da região de Essequibo. Antevendo o fato, a Guiana solicitou à CIJ, sediada em Haia, na Holanda, que o referendo não fosse realizado.

Porém, no dia 30 de novembro de 2023, a corte não havia se manifestado sobre a suposta ilegalidade da consulta popular, porém, em sentença, posicionou-se no sentido que a Venezuela não poderia tomar nenhuma medida que modificasse a situação que atualmente prevalece no território em disputa (De exercício..., 2023).

Segundo o Conselho Nacional Eleitoral venezuelano, o referendo aprovou a criação do estado da Guiana Essequiba como pertencente à Venezuela. Maduro promulgou, em 3 de abril de 2024, a Lei Orgânica para a Defesa de Essequibo (Venezuela, 2024a). O texto conta com 39 artigos que regulamentam a fundação da *Guiana Essequiba*, como é chamado o território pelos venezuelanos. O artigo 1º descreve o objeto da referida Lei:

Esta Ley tiene por objeto establecer los medios y mecanismos orientados a la defensa del territorio de la Guayana Esequiba, **actualmente usurpado por la República Cooperativa de Guyana**, como resultado del írrito Laudo Arbitral de 1899, con el propósito de asegurar la soberanía e integridad territorial de la República Bolivariana de Venezuela (Venezuela, 2024a, p. 1, **grifo do autor**).

Entretanto, Brustolin (*apud* Lopes, 2024) observa que a lei promulgada pelo presidente Maduro, não tem nenhuma validade no Direito Internacional, e não muda nada para fora da Venezuela, e que a legislação tem apenas eficácia interna, como a proibição de a população utilizar qualquer mapa da Venezuela que não tenha a região de Essequibo anexada, conforme consta no artigo 23 da referida lei (Venezuela, 2024a). Ademais, a Carta da ONU proíbe a anexação de territórios e a decisão unilateral sem passar pelo Conselho de Segurança.

Irfaan Ali, presidente da Guiana considerou ilegal o ato de Maduro, e afirmou que não permitirá a anexação do território de Essequibo pelo país vizinho. O Ministério das Relações Exteriores da Guiana emitiu um comunicado, expressando que a tentativa da Venezuela de anexar mais de dois terços do território da Guiana e torná-los parte da Venezuela é uma violação flagrante dos princípios mais fundamentais do direito internacional, e cita as Cartas da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Figura 3 – Região Oeste do Rio Essequibo



Fonte: Google Maps (2024).

Muito embora não haja registros de um conflito armado entre os dois países, deve-se considerar que o tempo dessa relação conflituosa pode estimular a busca por um resultado favorável pela Venezuela, contribuindo para uma eventual escalada do conflito.

2.4 CONTEXTO GEOPOLÍTICO E DIPLOMÁTICO DE ESSEQUIBO

Tradicionalmente, as relações para a disputa do poder são ilustradas pelo jogo de xadrez, considerando o movimento de diversas peças, a tentativa de cada competidor em visualizar os lances do adversário para anulá-los, e a projeção dos próprios lances futuros com objetivo de sobrepujar o oponente.

Segundo Nascimento (2024, p. 6), na América do Sul, “o *tabuleiro local* é moldado pela Venezuela e Guiana, porém é cabido observar que parte do estado de Roraima, localizado na região norte do país, também é passível de ser envolvida em um eventual conflito armado”¹.

O *tabuleiro regional*, considerado o continente americano, é conformado pelo poder militar e econômico predominante dos EUA, sendo que o Brasil se apresenta como um poder de segunda ordem, dadas as significativas assimetrias (Nascimento, 2024).

Em relação à Guiana, a Venezuela possui um poder militar muito superior, mas em relação ao Brasil a situação é distinta. Entretanto, cabe apontar que o Brasil, em cumprimento aos preceitos constitucionais, rege-se pela defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos (Brasil, 1988).

No tocante à diplomacia, em 14 de dezembro de 2023, ocorreu uma reunião entre os presidentes da Guiana e da Venezuela, promovida pela Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a Comunidade do Caribe (CARICOM), em território neutro – São Vicente e Granadinas.

Nessa reunião, com a intermediação do assessor especial da Presidência do Brasil, o diplomata Celso Amorim, os presidentes guianense e venezuelano manifestaram a intenção de buscar um consenso na disputa territorial pela região de Essequibo e de se absterem do uso ou da ameaça de uso da força, por meio da Declaração Conjunta de Argyle (Quesada, 2023; Abreu, 2024). O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Mauro Vieira, manifestou-se no sentido de reiterar o compromisso com os doze países da América do Sul, de que o Brasil preza pela solução pacífica das controvérsias (Prazeres, 2023).

¹ Os poderes militares da Venezuela, Guiana e Brasil, segundo o *Global Fire Power* (2024), respectivamente, são: 1) Venezuela - 57º/145, 2) o poder militar da Guiana sequer aparece na lista dos 145 países analisados; e, o 3) o Brasil é o 12º/145.

2.5 MOBILIZAÇÃO MILITAR VENEZUELANA

Segundo dados do *Center for Strategic & International Studies* (CSIS), a Guarda Nacional Bolivariana, em 15 de janeiro de 2024, divulgou um vídeo mostrando a preparação de uma área localizada no rio Cuyuni, na ilha de Anacoco (CSIS, 2024).

Nesse local, foram avistados materiais de construção, três veículos blindados anfíbios (APCs) V-100/150, uma balsa fluvial de grande porte, além de atividades de preparação de uma nova área ao norte, provavelmente destinada à construção de uma ponte *Mabey Compact 200* (Figura 4).

Figura 4 – Área sendo preparada pela Guarda Nacional Bolivariana na região do Rio Cuyuni



Fonte: Adaptado de Maxar Technologies (2024, tradução nossa).

Posteriormente, em 25 de janeiro, novos vídeos e imagens foram divulgadas nas redes sociais do *Ejército Bolivariano*, data que ocorreu a reunião em Brasília, com a participação dos ministros das Relações Exteriores da Guiana e da Venezuela.

As imagens do vídeo mostram um exercício sendo realizado em Anacoco, sob a coordenação do General Domingo Hernández Lárez (Venezuela, 2024b). O general lidera o Comando Operacional Estratégico das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB), entidade que se reporta diretamente ao Presidente Maduro e ao Ministro da Defesa Vladimir Padrino López.

O General Hernández é o supervisor da construção de uma base da 11ª Brigada Blindada, em colaboração com o 6º Corpo de Engenharia da FANB, visando aprimorar a capacidade de resposta militar na área de fronteira com o estado de *Guayana Esequiba*, com o objetivo de enfrentar e deter qualquer eventualidade que represente uma ameaça à Venezuela.

Os vídeos também mostram a presença de duas aeronaves leves de transporte Arava, com capacidade de decolagem e pouso curtos, um helicóptero Mil Mi-17, uma variedade de veículos blindados, incluindo dois a três modelos, além de elementos da guarda nacional, exército e fuzileiros navais.

Na Ilha de Anacoco, há uma pista de 3,8 Km de extensão, e conta com 14 obstáculos, que será utilizada para treinar as unidades blindadas. Os vídeos produzidos e as campanhas coordenadas nas mídias sociais, sugerem que a FANB está exibindo ativamente suas atividades em Anacoco, como parte de uma operação de informação (CSIS, 2024).

Em comparação a 2021, as imagens de satélite de janeiro de 2024, revelam a expansão da base militar, sugerindo a construção de edifícios e de um posto de abastecimento, e o aumento do efetivo de aproximadamente 300 militares. Além disso, seis veículos blindados de combate também podem ser vistos, possivelmente, do modelo leve *Scorpion* e pelo menos um APC EE-11 Urutu. Novas trilhas ou estradas também foram construídas, havendo evidências de atividades de veículos sobre rodas e lagartas (CSIS, 2024).

Figura 5 – Base Militar na Ilha de Anacoco



Fonte: Adaptado de Maxar Technologies (2024, tradução nossa).

A presença de uma barcaça militar em *Tumeremo*, uma balsa fluvial pesada e tanques leves em Anacoco, demonstram a capacidade da FANB de transportar equipamentos pesados pelas hidrovias, enquanto o EE-11 Urutu, e outros APCs observados, indicam o esforço para a construção de uma capacidade anfíbia na ilha.

Esses equipamentos constituem uma ameaça para o pequeno campo de aviação guianense localizado a 140 metros do outro lado do rio, bem como para San Martín de Turumban, uma cidade fronteiriça vizinha (CSIS, 2024).

A FANB não limitou seus movimentos à Ilha Anacoco. Após a Grã-Bretanha ter utilizado o navio HMS *Trent*, em uma missão de diplomacia e treinamento de defesa, em dezembro de 2023, o presidente Maduro anunciou a operação *Nico Domingo Antonio Sifontes*. O exercício, desencadeado ao longo da costa atlântica, envolveu 5.682 militares, navios de defesa costeira e marítima, blindados e navios de desembarque de carga, veículos anfíbios, sete barcos rápidos de mísseis Peykaap III (Zolfaghar), helicópteros, 23 caças de diversos tipos, baterias de mísseis antiaéreos Buk, entre outros equipamentos (CSIS, 2024).

Os significativos recursos militares venezuelanos empregados no exercício são de magnitude diferente da presença do navio *Trent*, levemente armado, projetado para o combate à pirataria, proteção pesqueira e busca e salvamento, que estava estacionado em Barbados como parte dos esforços antinarcóticos no Caribe.

Para Hernandez-Roy *et al.* (2024), a reação exagerada de Maduro à presença do *Trent* pode ter sido um pretexto para mobilizar ativos mais próximos da fronteira com Essequibo. A redistribuição de pelo menos três barcos de patrulha rápida, armados com mísseis guiados (PTGF), da classe Peykaap III (Zolfaghar), que são barcos com mísseis antinavio de construção iraniana, rápidos e muito manobráveis, é um fator a ser considerado.

As redes sociais mostram que três dos barcos em reboques foram carregados, em 30 de dezembro de 2023, em um navio de desembarque da classe *Los Frailes*, em *Puerto Cabello*, para transporte em direção à costa atlântica da Venezuela. As imagens de satélite mostram que os barcos chegaram, entre 18 e 22 de janeiro de 2024, à principal estação da guarda costeira atlântica da Venezuela, em *Guiria*, que fica em frente a Trindade e Tobago, poucos dias antes da reunião realizada no Brasil (CSIS, 2024).

Hernandez-Roy *et al.* (2024) analisam que a intenção tenha sido de redistribuir barcos armados com mísseis para a pequena estação da guarda costeira em *Punta Barima*, localizada a apenas 69 Km de Essequibo. A base está sendo transformada de estação secundária da guarda

costeira em estação naval-aérea. Além dos barcos equipados com mísseis, a FANB implantou dois sistemas terra-ar Buk M2E, em *Guiria*, no dia 31 de janeiro de 2024.

Conforme se observa, a presença e as manobras da FANB na Ilha de Anacoco, a redistribuição de barcos equipados com mísseis, próximos do Essequibo, e a modernização de uma base naval na foz do Orinoco, possibilitam à Maduro, aumentar seletivamente a temperatura ao longo da fronteira com o Essequibo. Estrategicamente, as FA venezuelanas têm concentrado suas tropas e equipamentos em Punta Barima, e na Ilha de Anacoco, localidades vizinhas de Essequibo (Figura 6).

Figura 6 – Pontos de Concentração das FA Venezuelanas próximos à Essequibo



Fonte: Imagem extraída do Software Google Earth® em 29 jun. 2024.

Com isso, a possibilidade de haver uma escalada de conflito militar entre a Venezuela e a Guiana, fez com que no dia 2 de fevereiro de 2024, o Exército Brasileiro (EB) desse início a uma mobilização militar para o estado de Roraima.

2.6 MOBILIZAÇÃO MILITAR BRASILEIRA

Diante das ameaças de Maduro de invadir a Guiana, o Comando do Exército decidiu antecipar o envio de viaturas blindadas para Boa Vista (RR). Todavia, cabe ressaltar que o processo

de transformação do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, no 18º Regimento de Cavalaria Mecanizado, estava previsto para 2025, conforme o Plano Estratégico do Exército 2020-2023. De tal modo, como resposta natural à atual conjuntura geopolítica da fronteira norte, a antecipação foi efetivada.

Na prática, a transformação do Esquadrão em Regimento, aumentou o efetivo de 200 para 600 militares, com o recebimento de materiais de emprego militar, como armamento e munição.

No dia 6 de dezembro de 2023, 16 Viaturas Blindadas Multitarefa Leve sobre Rodas (VBMT-LSR) 4X4 (Guaicurus) saíram de Cascavel (PR) com destino à capital roraimense. No dia 13 de janeiro de 2024, além de 50 militares, foram deslocadas mais 32 viaturas, das quais 14 Guaicurus, oito VBTP 6X6 Guarani e seis VBR 6X6 Cascavel (Bastos Júnior, 2024).

Além das viaturas, foram transferidos para o 18º Regimento de Cavalaria Mecanizado dezenas de Mísseis Superfície-Superfície 1.2 Anticarro (MSS 1.2 AC). Com o emprego de tecnologia 100% nacional, o sistema tem a capacidade de perfurar blindagens com até 500 milímetros de espessura em chapa de aço, a uma distância de 4 Km. Secundariamente, pode ser utilizado contra outros alvos compensadores, como: concentração de veículos, construções fortificadas, depósitos de combustível e ou de munição, barcos fluviais e helicópteros pairando à baixa altura (Brasil, 2024).

Segundo Feitoza (2023, n.p.), o General Soares, Chefe do Estado-Maior do Exército, à época, declarou que o aumento do efetivo em Boa Vista deveria contribuir imediatamente para a melhoria da capacidade operacional da Força Terrestre na área fronteira. O general disse ainda que

[...] a criação do Regimento, coloca o Exército em condições de responder com superioridade de meios a qualquer atuação interna e/ou externa que possa comprometer o atual estado de ordem no território nacional guarnecido pelo Comando Militar da Amazônia, com o incremento de tropa de Cavalaria Mecanizada apta a atuar em considerável parte de sua zona de responsabilidade (Feitoza, 2023, n. p.).

Porém, militares pertencentes ao Comando do Exército, consideram que a invasão das FA venezuelanas na Guiana é improvável, visto que, por via terrestre, demandaria uma incursão do regime de Maduro ao Brasil (Sassine, 2023).

Do ponto de vista estratégico, Clausewitz, em sua obra “Da Guerra”, revela que a defesa é superior ao ataque no sentido de que tem vantagens quanto ao tempo, mas isso não significa que se trata de uma espera passiva (Farias, 2014). A defesa resiste ao ataque ou o repele, de modo que somente deve ser empregada enquanto existir fragilidade.

Considerada umas das principais estratégias adotadas pelo EB, a dissuasão consiste em medidas de natureza militar, que venham a desencorajar o oponente de tomar atitudes que levem a uma escalada da crise. Ainda, conforme a END, a dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais na região Amazônica (Brasil, 2020).

2.7 CENÁRIOS E CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL

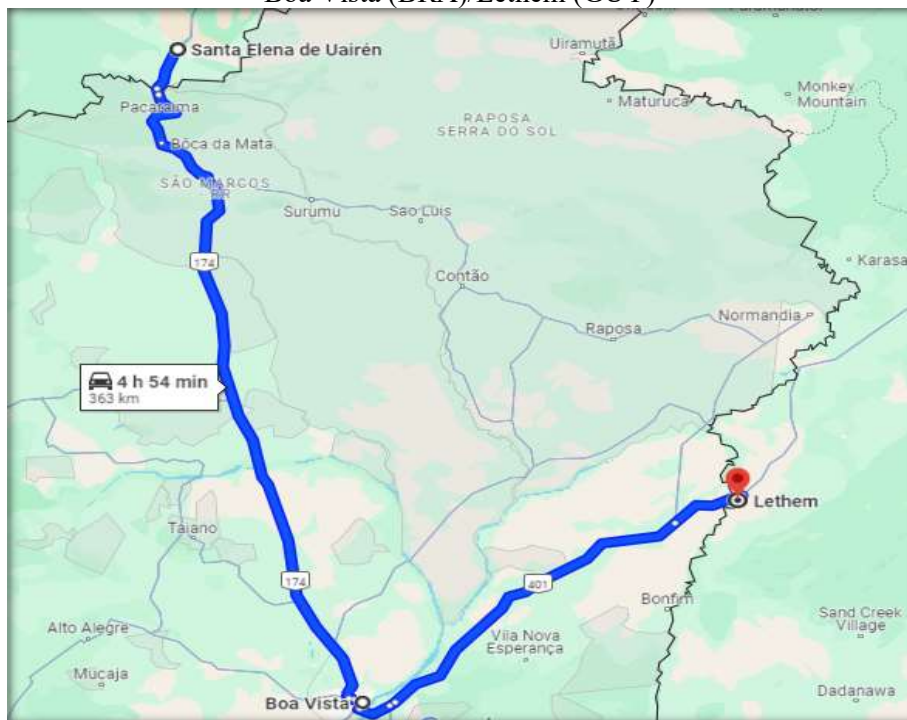
Fernandes e Fernandes (2024) observam que, além dos aspectos econômicos na integração sul-americana, a estratégia brasileira em relação a Venezuela se concentra em três aspectos:

- A crise na Venezuela, caracterizada pelo declínio da democracia e por problemas humanitários, provoca instabilidade regional e um considerável fluxo migratório, atraindo a atenção de potências extrarregionais.
- A situação na Venezuela é politizada no contexto da competição política interna, influenciando os debates sobre governança e políticas públicas.
- A questão do Essequibo requer uma ação direta do Brasil para prevenir conflitos e a presença de forças militares estrangeiras na região, como a instalação de uma base militar americana na Guiana.

O crescente envolvimento dos Estados Unidos na região representa um desafio para a liderança do Brasil na América do Sul. Além disso, esse cenário constitui a ameaça mais significativa à soberania brasileira no último século, especialmente se a Venezuela decidir utilizar a estrada que conecta Roraima à Venezuela e ao território do Essequibo (Fernandes; Fernandes, 2024).

Por estrada, a distância entre Santa Elena de Uiarén (VEN) até Lethem (GUY), cidades que fazem divisa com os municípios de Pacaraima (RR) e Bonfim (RR), respectivamente, são de 363 Km, o que levaria aproximadamente cinco horas para percorrer esse trajeto (Figura 7).

Figura 7 – Trecho Rodoviário - Santa Elena de Uairén (VEN)/
Boa Vista (BRA)/Lethem (GUY)



Fonte: Google Maps (2024).

Diante da situação, em 2 de fevereiro de 2024, o EB enviou blindados e tropas para Boa Vista (RR), reforçando a presença de material de emprego militar, equipamentos e efetivo. Dois dias após, o vice-conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jon Finer, visitou a Guiana com o objetivo de discutir o aprimoramento das capacidades de defesa do país. Finer declarou que “a cooperação é fundamentalmente de natureza defensiva e se baseia em nosso desejo de que a Guiana possa defender sua integridade territorial contra qualquer possível ameaça” (Disputa..., 2024).

Valente (2024) afirma que a ausência de Maduro na Cúpula da Amazônia, realizada em agosto de 2023, pode ser interpretada como um indicativo que, na atual conjuntura, a política externa venezuelana não está priorizando as questões que envolvam os vizinhos sul-americanos e caribenhos, com exceção à disputa por Essequibo.

O conflito entre Venezuela e Guiana trouxe para o Brasil alguns impactos. Primeiro, ficou nítida a necessidade de melhoramento das capacidades de defesa do país na porção setentrional, particularmente para dissuadir a Venezuela de uma pretensa aventura de utilizar o território brasileiro para alcançar Essequibo. Entretanto, verificou-se a insuficiência de meios militares para conter, de imediato, eventuais operações ofensivas cruzando o Estado de Roraima.

Em segundo lugar, foi possível perceber o risco de o Brasil perder a possibilidade de exercer sua liderança regional, a partir do momento que os EUA manifestaram apoio à Guiana para defendê-la de uma eventual agressão. Na sequência, a situação trouxe, mais uma vez, o alerta quanto a possível manipulação de informações, geração de crises artificiais e riscos à soberania, seguida de ações militares para apoiar as ações informacionais.

Em quarto lugar, percebeu-se que outras disputas territoriais na América do Sul podem ser estimuladas a evoluírem para conflitos armados, com o envolvimento dos EUA em mais um cenário de conflito, reduzindo sua capacidade de intervenção em outros teatros de operações. E, em quinto lugar, a situação mostrou que em se tratando de defesa não há margem para protelações, pois não há “produtos de prateleira” para serem obtidos e disponibilizados imediatamente quando necessários.

A presença de uma potência regional, aliada às relações harmoniosas com os demais países da área, facilitaria a gestão e a resolução de conflitos dentro da região, devido à influência que essa potência exerce nas dinâmicas internas. Nesse sentido, Buzan e Waever (2003, p. 47, tradução nossa) observam que “quando ambos os lados de um conflito local dependem da mesma potência, é possível que essa potência pressione as partes conflitantes a entrarem em processo de paz”.

Diante do contexto geopolítico e a tensão entre Venezuela e Guiana, o Brasil reforçou a presença de tropas na faixa de fronteira com a Venezuela, sob uma perspectiva estratégica de dissuasão, de modo a impedir que a Venezuela tente eventual passagem pelo território brasileiro para acessar Essequibo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto, as FA venezuelanas têm mobilizado suas tropas e equipamentos nas regiões de Punta Barima e Ilha de Anacoco, localidades próximas à Essequibo, o que afasta, num primeiro momento, o risco de Maduro e seus Comandantes Militares movimentarem suas tropas em território brasileiro, por via terrestre.

Teóricos, como Clausewitz, revelam que a estratégia de dissuasão é um dos meios pelo qual o Estado empenha-se na busca por objetivos legítimos da nação, a fim de se evitar o conflito armado. Dentre as principais estratégias de emprego utilizadas pelas FA, a dissuasão por negação objetiva dificultar as vantagens almejadas pelo adversário, persuadindo-o de que um ataque que não resultará em sucesso.

Não obstante, no escopo de uma estratégia de defesa mais abrangente, visando conter uma eventual agressão armada, a Nação mobilizará todo o poderio militar necessário, incluindo suas reservas mobilizáveis, a fim de solucionar o conflito no menor tempo possível, minimizando os danos causados à integridade territorial e aos interesses nacionais, almejando as condições favoráveis ao restabelecimento da paz.

Em relação a anexação de Essequibo pela Venezuela, entende-se que a *Ley Orgánica para La Defensa de La Guayana Esequiba*, assinada por Maduro em 3 de abril de 2024, não passou de uma ameaça, com o objetivo de obter o apoio da população com vistas à sua reeleição no ano de 2024. Em relação às consequências para o Brasil, em caso de um conflito armado entre a Venezuela e a Guiana, a hipótese mais provável, seria o desencadeamento de uma crise migratória, gerada pelo deslocamento de guianenses residentes no território de Essequibo para o estado de Roraima, especificamente, na divisa entre Lethem (GUY) e o município de Bonfim (BRA).

Em relação às limitações no desenvolvimento do trabalho, aponta-se para o incipiente número de publicações científicas, sendo necessário realizar a consulta em sites de notícias nacionais e internacionais, dada a evolução e a dinâmica dos fatos relacionados ao tema.

Para pesquisas futuras, sugere-se a análise da relação da Guiana e da Venezuelana, com os grandes *players* internacionais no campo militar, e quais os possíveis impactos dessas relações para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. Chanceleres de Guiana e Venezuela vão se reunir em Brasília na próxima quinta-feira. **G1**, Brasília, 23 jan. 2024. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/23/chanceleres-de-guiana-e-venezuela-vao-se-reunir-em-brasilia-na-proxima-sexta-feira.ghtml>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BASTOS JÚNIOR, P. R. Exército envia mais blindados para Roraima. **Tecnologia & Defesa**, 2024. Disponível em: <https://tecnodefesa.com.br/exercito-envia-mais-blindados-para-roraima/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 2.148 - Cmt Ex, 20 de dezembro de 2023**. Aprova a Concepção Estratégica do Exército do Planejamento Estratégico do Exército para o ciclo 2024-2027. Secretária-geral do Exército. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/04_planos/port_n_2148_cmdo_eb_20dez2023.html

BRASIL Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégica Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa: 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e_defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**, Brasília, 2012, 282 p. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. Comando Militar da Amazônia. **Armamento com tecnologia 100% nacional é deslocado para o Estado de Roraima**. [S. l.]: Comando Militar da Amazônia, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://cma.eb.mil.br/index.php/mais-noticias/armamento-com-tecnologia-100-nacional-e-deslocado-para-roraima>. Acesso em: 04 jul. 2024.

BUZAN, B.; WAEVER, O. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, 564 p.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução de J. Pinheiro de Lemos. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. **Escudo das Guianas**, 2024. Disponível em: <https://www.conservation.org/brasil/onde-trabalhamos/escudo-das-guianas>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CSIS. **Miscalculation and Escalation over the Essequibo**: new insights into the risks of Venezuela's compellence strategy. Center for Strategic & International Studies, Washington, DC, 2024. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/miscalculation-and-escalation-over-essequibo-new-insights-risks-venezuelas-compellence>. Acesso em: 26 jun. 2024.

DE EXERCÍCIO militar dos EUA à tentativa de mediação do Brasil: entenda a escalada da crise de Essequibo em 6 pontos. **BBC News Brasil**, [S.l.], 7 dez. 2023. Atualizado em 8 dez. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1v2wpqk797o>. Acesso em: 27 jun. 2024.

DISPUTA por Essequibo: EUA aumentam ajuda militar à Guiana em meio a ameaças da Venezuela, **Gazeta Brasil**, [S.l.], 5 fev. 2024. Disponível em: <https://gazetabrasil.com.br/mundo/2024/02/05/disputa-por-essequibo-eua-aumentam-ajuda-militar-a-guiana-em-meio-a-ameacas-da-venezuela/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

ELIAS-ROBERT, A. Legal Reflections on the Guyana-Venezuela Maritime Issue. **Caribbean Journal of International Relations & Diplomacy**, Trinidad, W.I., v. 2, n. 1, p. 13-36, 2014. Disponível em: <https://journals.sta.uwi.edu/ojs/index.php/iir/article/view/445>. Acesso em: 29 jun. 2024

FARIAS, A. C. M. Clausewitz e a guerra absoluta na era nuclear. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 14, n. 2, p. 3-30, jul.-dez., 2014.

FEITOZA, C. Exército envia 16 blindados para Roraima ante possível conflito Venezuela-Guiana. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/12/exercito-envia-16-blindados-para-roraima-ante-possivel-conflito-venezuela-guiana.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FERNANDES, I. F.; FERNANDES, G. A. A. L. Retomada, protagonismo e equilíbrio: a política externa no novo governo Lula. **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, jan.-mar, 2024. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/download/189/273/299>. Acesso em: 26 jun. 2024.

GRIFFITH, I. **New Dynamics in Northern South America's Geopolitical Neighborhood**. Center for Strategic and International Studies, Washington, DC, April 28, 2021. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/newdynamics-northern-south-americas-geopoliticalneighborhood>. Acesso em: 27 jun. 2024.

HERNANDEZ-ROY, C; Ziemer, H; Bledsoe, R; Bermudez Júnior, J. S.; Jun, J. **Miscalculation and Escalation over the Essequibo: New Insights into the Risks of Venezuela's Compellence Strategy**. Center for Strategic and International Studies, Washington, DC, 2024. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/miscalculation-and-escalation-over-essequibo-new-insights-risks-venezuelas-compellence>. Acesso em: 25 jun. 2024.

LOPES, L. Lei promulgada por Maduro para anexar Essequibo não muda nada, explica especialista. **CNN Brasil**, São Paulo, 4 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lei-promulgada-por-maduro-para-anexar-essequibo-nao-muda-nada-explica-especialista/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MAGNABOSCO M. Dubai vizinha ao Brasil: como o petróleo turbinou o PIB da Guiana em 5 anos. **NSC Total**, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/dubai-vizinha-ao-brasil-como-o-petroleo-turbinou-o-pib-da-guiana-em-5-anos>. Acesso em: 30 jun. 2024.

NASCIMENTO, M. B. Análise da Conjuntura de Tensão entre Venezuela e Guiana. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 15, n.1, p. 1-15, jan/mar., 2024. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/497>. Acesso em: 02 jul. 2024.

ONEAL, J. R.; BRYAN, A. L. The Rally Round the Flag Effect in U. S. Foreign Policy Crises, 1950-1985. **Political Behavior**, [S.l.], v.17, n. 4, p. 379-401, 1995. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01498516>. Acesso em: 30 jun. 2024.

PAREDES, N. Venezuela: as riquezas da região da Guiana que Maduro quer anexar. **BBC News Brasil**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0k29pdkypxo>. Acesso em: 27 jun. 2024.

PEDROSA, H. V. L. **O SISPRON - A estratégia da dissuasão e suas implicações para o SEEX**. 2023. 59 f. Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

PRAZERES, L. Essequibo: por que Brasil colocou tropas e diplomatas de prontidão com disputa entre Venezuela e Guiana, **BBC News Brasil**, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cye223n456go#:~:text=%20O%20nosso%20compromisso%20comum%20com,aumento%20nas%20tens%C3%B5es%20na%20regi%C3%A3o>. Acesso em: 27 jun. 2024.

QUESADA, J. D. Venezuela and Guyana agree not to resort to arms to settle Essequibo dispute. **El País**, [S.l.], 15 dez. 2023. Disponível em: <https://english.elpais.com/international/2023-12-15/venezuela-and-guyana-agree-not-to-resort-to-arms-to-settle-essequibo-dispute.html>. Acesso em: 24 jun. 2024.

RUDDY, G. Quantos barris de petróleo a ExxonMobil já descobriu na Guiana. **Agência EBPR**, 4 jul. 2023. Disponível em: <https://epbr.com.br/quantos-barris-de-petroleo-a-exxonmobil-ja-descobriu-na-guiana/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

SASSINE, V. Exército considera improvável Venezuela invadir Guiana, mas fronteira é reforçada. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 1 dez. 2023. Atualizado em 2 dez. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/12/exercito-considera-improvavel-venezuela-invadir-guiana-mas-fronteira-e-reforcada.shtml>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SERBÍN, A. Las relaciones entre Venezuela y Guyana y la disputa del territorio del Essequibo: ¿Un paso adelante, dos atrás? In: DOMÍNGUES, J. I. (Org.). **Conflictos Territoriales y Democracia en América Latina**. Buenos Aires. Flacso, 2003, p.173-202.

VALENTE, L. Pragmatismo e discricção: as relações entre EUA e Venezuela nos governos Biden e Maduro. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 121, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/YBbVhbbsVfrRnpH7z8VmpZQ/?lang=pt>. Acesso em 28 jun.2024.

VENEZUELA. **Ley Orgánica para La Defensa de La Guayana Esequiba**. Caracas: Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela, 3 abr. 2024a Disponível em: http://spgo.in.imprentanacional.gob.ve/cgi-win/be_alex.cgi?Documento=T028700045985/0&Nombrebd=spgo.in&CodAsocDoc=3557&TipoDoc=GCTOF&Sesion=916586409. Acesso em: 30 jun. 2024.

VENEZUELA. Cuenta Oficial del Ejército de la República Bolivariana de Venezuela. **Ejército Bolivariano**. Venezuela, 2024b. X: @somos_ejercito. Disponível em: https://x.com/somos_ejercitostatus/1750548445130019157?s=20. Acesso em: 28 jun. 2024.